









Rating Nova avaliação

Moody's eleva perspectiva da nota de crédito do País para 'positiva'

____ Para agência de classificação de risco, porém, falta de ajuste fiscal permanente inibe volta do grau de investimento – 'selo' que o País perdeu no governo Dilma

A agência de classificação de risco Moody's Ratings elevou de "estável" para "positiva" a perspectiva para o rating do Brasil, citando expectativas favoráveis para o crescimento do País e reformas estruturais como a autonomia do Banco Central e a melhora da governança de empresas estatais. Ainda assim, a agência frisou que continua a ver riscos para um ajuste fiscal permanente, razão pela qual manteve o rating do Brasil em Ba2 – a dois degraus do grau de investimento.

Nas outras duas agências globais - Fitch e Standard & Poor's (S&P) –, o Brasil também é classificado como um mercado de investimento de grau especulativo. O selo "de bom pagador" é muito desejado porque facilita a atração de novos recursos externos para os países, fomentando a atividade econômica. Muitos fundos de pensão internacionais têm autorização para compara apenas títulos de economias com grau de investimento.

O Brasil chegou a atingir esse patamar em abril de 2008, pela S&P, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na sequência, vieram Pitch (maio de 2008) e a própria Moody's (setembro de 2009). O País perdeu essa classificação entre 2015 e 2016, no governo Dilma Rousseff.

Classificação

Brasil tem nota de grau especulativo nas três grandes agências globais - Moody's, Fitch e S&P

"A Moody's avalia que as perspectivas de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil são mais robustas do que nos anos pré-pandemia, apoiadas pela implementação de reformas estruturais em múltiplas administrações, bem como pela presença de barreiras de proteção institucionais que reduzem a incerteza em torno da direção política futura", explicou a agência.

O anúncio da Moody's vem no momento em que a equipe econômica enfrenta resistência no Congresso para a aprovação de novas medidas para aumentar a arrecadação ou para limitar a concessão de isenções, caso da desoneração da folha de pagamento de empresas e de prefeituras - tema que foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), abrindo uma guerra entre os Poderes. No mês passado, o governo também mudou as metas fiscais de 2025 e de 2026, indicando que o ajuste das contas públicas vai levar mais tempo.

"Acho que foi uma decisão precipitada", disse a economis-ta Zeina Latif. Ela avalia que as reformas realizadas desde o governo Temer aumentaram o potencial de crescimento da economia, mas pondera que os números mais recentes podem estar turbinados por medidas fiscais pontuais, com impulsos vindos do Bolsa Família, do salário mínimo e do pagamento de precatórios (mais informações na pág. B2).

Em postagem no X (ex-Twitter), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a decisão da Moody's "tem a ver com o trabalho conjunto dos Três Poderes, que colocaram os interesses do País acima de divergências superáveis". ● ostores de la compansa de divergências superáveis". ● ostores de la compansa de divergências superáveis ". ● ostores de la compansa del compansa del compansa de la compansa de la compansa de la compansa de la com

LIA FROUFE e BIANCA LIMA/BRASÍLIA

RISCOS FISCAIS AINDA PESAM PARA A MUDANÇA DE NOTA, DIZ MOODY'S. PAG. B2

